

A FILOSOFIA DA PRÁXIS EM GRAMSCI

Júlio César Tadeu Barbosa

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Em linha geral, tem-se que Gramsci usava a expressão “filosofia da práxis” para iludir a censura. Esta expressão substituíra “marxismo”, isto é, “materialismo dialético” e “materialismo histórico”. Se esta era a intenção de Gramsci, às vezes a metáfora possui autonomia própria à medida que permite superar a separação entre os dois materialismos.

Para Gramsci, “a filosofia da práxis” não tinha ainda uma forma propriamente filosófica, no sentido de um discurso e de uma ação coerente e organizada. Diz que “a filosofia da práxis nasceu sob a forma de um aforismo e um critério prático por puro acaso, porque o seu fundador dedicou suas forças intelectuais para outros problemas, especialmente econômicos (em forma sistemática); mas, neste critério prático e neste aforismo está implícita toda uma concepção de mundo, uma filosofia”¹.

Desta maneira, a filosofia da práxis ainda necessita de uma elaboração, mas isto não significa que não exista potencialmente; ao contrário, cabe aos sucessores de Marx e Engels desenvolverem o que foi deixado como núcleo inicial.

Por isso, a primeira coisa que Gramsci determinou foi delimitar o que é filosofia, para delinear em torno dela o que deve ser a nova filosofia, a filosofia integral ou filosofia da práxis.

Gramsci não a sistematizará, mas dar-lhe-á a linha básica, indicando a direção de desenvolvimento. Inicialmente, delimita seu terreno cultural e diz que “a filosofia da práxis nasceu no terreno do máximo desenvolvimento da cultura da primeira metade do século XIX, representada pela filosofia clássica alemã, da economia clássica inglesa e da literatura e prática política francesa”².

A filosofia da práxis é a soma de Ricardo e Hegel. Nada mais que um momento do desenvolvimento histórico mundial, uma cultura em gestação que tenderá a se desenvolver com o próprio desenvolvimento das relações sociais. “Ela é o coroamento de todo o movimento da Reforma intelectual e moral, dialetizado no contraste entre a cultura popular e a alta cultura. Ela corresponde ao nexa Reforma Protestante + Revolução Francesa. Trata-se de uma filosofia que é também política e de uma política que é também filosofia”³. Seria sob certo aspecto, um desenvolvimento do hegelianismo, libertado dos elementos ideológicos “fanáticos”, constituindo-se na plena consciência das contradições.

Cada tentativa de explicar o conteúdo da expressão “filosofia da práxis” deve primeiramente individuar a ligação que há entre filosofia e

práxis. Segundo Gramsci, a filosofia surge da reflexão sobre a ação, sobre a práxis. Constitui a filosofia da práxis em uma sistematização da concepção de mundo contida na ação realizada. Gramsci faz esta constatação afirmando que o “homem ativo da massa” tem dois tipos de consciência teórica: “uma implícita no seu trabalho, e que realmente colabora na transformação prática da realidade e uma superficialmente explícita ou verbal que herdou do passado, sem senso crítico”. Estas duas consciências entram em contradição e impedem-se de refletir sobre a convicção de agir. Neste caso, segundo Gramsci, a concepção de mundo do homem da massa é a contida na sua ação. Trata-se de assumi-la e tem-se a filosofia da práxis.

O fundamental do pensamento gramsciano é que a filosofia e a política não podem ser destacadas, “ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção de mundo são também, elas, fatos políticos”⁴. E que uma revolução só é viável pela **Cultura**: “Ao colocar o problema da união entre a teoria e a prática é preciso fazê-lo nos seguintes termos: elaborar, a partir de uma prática dada, uma teoria que coincida com os elementos decisivos da própria prática, acelere o processo histórico em curso, tornando a prática mais homogênea, coerente e eficaz em todos os seus componentes, ou ainda, dada certa posição teórica, organizar o elemento prático indispensável à sua realização. A identificação entre teoria e prática é um ato crítico pelo qual a prática aparece como racional e necessária, ou a teoria como realista e racional. Chega-se, assim, à relação (equação) entre filosofia e política, pensamento e ação, isto é, filosofia da práxis”⁵.

Vê-se nitidamente delineada a importância da associação pensar-agir, teoria-prática, e, implicitamente, o não dogmatismo, pois o ponto de partida do transformar social é “dada (...) prática”. Identificando-se teoria e prática, demonstrar-se-á criticamente, a racionalidade e a necessidade da prática (filosofia em ação), ou, a realidade e racionalidade teóricas.

Para Gramsci todos os homens são filósofos, tanto em sua linguagem, quanto no senso comum e na religião popular. O papel da filosofia será o de superar o senso comum e a religião, apresentando-se como crítica e polêmica à maneira anterior de pensar.

Para Gramsci, o senso comum não pode ser considerado a real filosofia da massa (e nem mesmo uma filosofia), pois é desorgânico e incoerente. A filosofia da práxis opõe-se ao que pretende substituir, e se constitui em um processo oposto à lógica tradicional de elaboração dos sistemas filosóficos, pois não se põe “a priori”, não se organiza em sistema filosófico antes da ação real, mas se constitui “a posteriori”, quando a ação já concretizada. Eis por que se chama filosofia da práxis.

E, se todos são filósofos, o papel da filosofia da práxis estará determinado, pois esta, apenas deverá, demonstrá-lo às massas, e também,

torná-lo um filosofar crítico, o que pode ser conseguido, mediante o estudo da filosofia, que exporá sinteticamente todos os problemas surgidos no processo de desenvolvimento da cultura geral, pois estes só se refletem parcialmente na história da filosofia. Assim, o papel da filosofia da práxis será o de criar uma estrutura intelectual e moral a fim de viabilizar politicamente o progresso intelectual da massa, e não somente de pequenos grupos intelectuais.

Isto faz com que surja uma “unidade ideológica entre o superior e o inferior, entre os simplórios e os intelectuais⁶”, através do surgimento do intelectual “**orgânico**”: “a organicidade de pensamento e a solidez cultural só pode ocorrer, se entre os intelectuais e os simplórios se verificar a mesma unidade que deve existir entre teoria e prática, isto é, se os intelectuais foram, organizadamente, os intelectuais daquela massa, se tiverem elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocaram com a sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social”⁷.

Os intelectuais assumem em Gramsci uma importância vital, pois não existem organizações sem intelectuais. Entretanto, ressalta que se deve estar alerta para o problema do intelectual que compreende (sabe) a realidade social, mas não a sente. E, a figura do orgânico é apresentada justamente como solução a este distanciamento que pode ter o intelectual da realidade social.

Diz Gramsci que o advento do socialismo não será apenas a passagem de um tipo a outro de economia, mas de uma concepção transcendente da vida, ou inadequadamente imanentista, a outra rigorosamente imanentista. A unidade entre teoria e prática não é mecânica, “é um devenir histórico” cuja fase elementar e primitiva, encontra-se no senso de separação apenas instintivo entre si, progredindo até uma concepção de mundo coerente e unitário. “A filosofia da práxis dá seguimento à filosofia da imanência, mas a desembaraça de todo o seu aparelho metafísico e a dirige para o terreno concreto da História”⁸.

Como em Marx, o termo **ideologia** assume conotação pejorativa, no sentido de ocultação da realidade pela classe dominante (sociedade política). Para ele ideologia é igual a poder e filosofia é igual à verdade. A filosofia da práxis constitui-se uma contraposição histórica à ideologia. Entretanto, faz a ressalva para as ideologias historicamente orgânicas, ou seja, as necessárias a determinada estrutura, e que são antagônicas àquelas ocultadoras da realidade (“desejadas”). À medida que historicamente necessárias terão uma validade, ainda que **psicológica**, pois são elas que organizam as massas, formando o terreno onde se movimentam e adquirem consciência os homens. Quanto às “desejadas”, poderão ser úteis, à medida que funcionem como erro que se contrapõe à verdade e a afirma.

O caráter de superação é uma constante em seu pensamento sendo que podemos colocar o fundamental de sua práxis nesses termos: as massas somente chegarão ao poder através do constante aperfeiçoamento (salto qualitativo), e à medida que forem produzindo, ou melhor, que produzam seus próprios intelectuais, que se incumbam de sua organização. A ideologia arbitrária somente será superada através deste processo, onde cada homem (filósofo), assume um posicionamento crítico de seu papel social, assunção que se dá pela revelação da verdade (“em política de massas dizer a verdade é a necessidade política”), pela busca da superação das contradições sociais. Assim é que despreza, teoricamente, a redução economicista do marxismo. A relação objetividade (infra-estrutura) e subjetividade (superestrutura) é retomada, valorizando o último conceito, pois uma revolução só será possível (no caso a socialista), se houver uma ideologia revolucionária. “Na filosofia o centro unitário é a práxis, isto é, a relação entre a vontade humana (superestrutura) e a infra-estrutura econômica”⁹.

A interpretação prática da relação infra e superestrutura, é, no dizer de Badaloni, “a pedra fundamental de onde Gramsci pode fazer partir sua teoria de hegemonia da democracia proletária, conceito que sofreu tão grande golpe na experiência prática das sociedades de transição para o socialismo: o poder das massas se evaporou através dos pesados aparelhos dos burocratas, de governantes, de chefes de partido; o consenso de que falava Gramsci tornou-se uma terna passividade, ou mesmo uma despoliticização das massas, pelo fato de que são elas privadas de uma fonte real de participação e controle”¹⁰.

A questão é exatamente esta e demonstra a incessante atualidade das posições gramscianas. Segundo nos diz, não se destina ela a resolver pacificamente as contradições próprias da história e da sociedade”¹¹. Destina-se ela a teorizar sobre estas contradições, sem servir de instrumento que os grupos dominantes utilizam para exercer sua hegemonia sobre as classes dominadas, pois será precisamente a demonstração dessas contradições que evidenciarão a realidade social, constituindo-se na força motriz das classes dominadas em inverter os papéis, através do conhecimento de todos os aspectos da verdade, mesmo “os mais desagradáveis, e em desmascarar os enganos da classe dominante e, ainda mais, os seus próprios”¹².

Segundo Gramsci, em sua época, a práxis estava em uma fase popularesca, tentando criar um grupo de intelectuais independentes, e cuja execução seria a longo prazo, onde inevitavelmente ocorreriam adesões e dissoluções, ações e reações, além de novas formações numerosas e complexas. Ela se constituía na concepção de um grupo social subalterno que, apesar de estar continuamente ampliando, não possuía iniciativa histórica, nem o poder de ultrapassar certo degrau qualitativo, com o que estava “sempre aquém da posse do Estado, do exercício real da hegemonia

sobre toda a sociedade hegemônica que é a única a permitir certo equilíbrio orgânico no desenvolvimento do grupo intelectual"¹³. Seria uma fase preliminar que deveria desenvolver-se em fases sucessivas de "elaboração superior".

E, por se tratar de uma expressão das contradições históricas, o próprio Gramsci previa o seu desaparecimento, ou melhor, sua **superação**, à medida que desaparecessem as contradições, dado que a formulação teórica (ideal), modificar-se-á à medida que o suporte existencial (real) se modifique. Assim, a filosofia da práxis surge com o conceito de **NECESSIDADE**, i. e, existe uma teoria destinada a explicar/transformar/superar determinada realidade, devido à existência de certos fatores nesta realidade. Inexistindo a necessidade, não existirá, em conseqüência, a própria filosofia da práxis. A fase final de superação dar-se-á quando se passar do reino da necessidade para o da liberdade.

BIBLIOGRAFIA

1. GRAMSCI, Antonio. **Il Materialismo Storico**, Torino, Ed. Reuniti, 1975.
2. GRAMSCI, Antonio. **Prison Notebooks**, Londres, Hoare & Smith, 1971. Traduzido do original italiano *Lettere del Carcere* por Quintin Hoare e Geoffrey Smith (editores).
3. GRUPPI, Luciano. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**, Rio, Graal, 1978.
4. MACCIOCCHI, Maria-Antonieta. **A Favor de Gramsci**, Rio, P. e Terra, 1977.
5. MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**, São Paulo, Grijalbo, 1977.
6. PICCONI, Paul. **Labriola and the Roots of Eurocomunism**, in *Berkeley Journal of Sociology*, vol. XXII, 77/78, Berkeley, 1977, pp. 3/44.
7. WELLMER, Albrecht. **The Latent Positivism of Marx's Philosophy of History**, in *Critical Theory of Society*, J. Cummings, N. York, 1971, pp. 67/119.

Notas

- (1) GRAMSCI, A. **Il Materialismo Storico**, Torino Reuniti, 1975, p. 147.
- (2) *Ib. id.*, p. 104.
- (3) *Ib. id.*, p. 108.
- (4) *Id. ibid.*, p. 15.
- (5) *Ib. ibid.*, p. 51.
- (6) *Ib. id.*, p. 18.
- (7) *Ib. id.*, p. 18.

(8) *Ib. id.*, p. 51.

(9) *Ib. id.*, p. 83.

(10) MACCIOCCHI, Maria-Antonieta, Apud. **A Favor de Gramsci**, Rio, Paz e Terra, 1977, p. 14.

(11) GRAMSCI, A. **Il Materialismo Storico**, p. 106.

(12) *Ib. id.*, p. 118.

(13) *Ib. id.*, p. 107.